

## MILTON SANTOS E O PROBLEMA DO MARXISMO DAS INSTÂNCIAS <sup>1</sup>

### Milton Santos and the problem of the marxism of instances

#### *Milton Santos e il problema del marxismo delle istanze*

Marcos Aurélio da Silva<sup>2</sup>

Mateus Engel Voigt<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a discussão que Milton Santos estabelece com Louis Althusser entre as décadas de 1970 e 1980 para a formulação das suas propostas de uma Geografia Crítica. O objetivo consiste em confrontar o estruturalismo do filósofo francês com a categoria de formação socioespacial então proposta pelo geógrafo brasileiro. Diferentemente do que ficou estabelecido na literatura, a conclusão do artigo aponta para um claro distanciamento entre os dois autores, uma vez que para Milton Santos as determinações da transformação social não se limitam às determinações em última instância, que ainda permanecem dominantes no estruturalismo de Althusser, sendo ao contrário um resultado da totalidade das relações sociais, a rigor relações socioespaciais. Essa forma de abordagem, com forte acento hegeliano, aproxima muito mais o geógrafo brasileiro de reflexões como aquelas desenvolvidas pelo marxismo de Antonio Gramsci.

**PALAVRAS-CHAVE:** Milton Santos. Althusser. Geografia Crítica. Hegel. Gramsci.

**ABSTRACT:** This article analyses the discussion that Milton Santos establishes with Louis Althusser in two works central to the theoretical formulations that he developed from the 1970s on. Its objective is to confront the structuralism of the French philosopher with the category of socio-spatial formation then proposed by the Brazilian geographer. Contrary to what has been established in the literature, the article's conclusion points to a clear distancing between the two authors, since for Milton Santos the determinations of social transformation are not limited Only to determinations of last instances, which still remain dominant in Althusser's structuralism, but are instead the result of the totality of social relations, strictly speaking, socio-spatial relations. This approach, with a strong Hegelian accent, draws the Brazilian geographer much closer to reflections such as those developed by Antonio Gramsci's Marxism.

**KEYWORDS:** Milton Santos. Althusser. Critical Geography. Hegel. Gramsci.

**RIASSUNTO:** Questo articolo analizza il dibattito che Milton Santos instaurò con Louis Althusser tra gli anni settanta e ottanta per formulare le sue proposte per una geografia critica. L'obiettivo dell'articolo è quello di confrontare lo strutturalismo del filosofo francese con la categoria di formazione socio-spaziale poi proposta dal geografo brasiliano. Diversamente da quanto accertato in letteratura, la conclusione evidenzia una netta distanza tra i due autori, poiché per Milton Santos le determinazioni di trasformazione sociale non si limitano a determinazioni di ultima istanza, che restano tuttora dominanti nello strutturalismo di Althusser, essendo al contrario il risultato della totalità delle relazioni sociali, in senso stretto delle relazioni socio-spaziali. Questa forma di approccio, dal forte accento hegeliano, avvicina molto il geografo brasiliano a riflessioni come quelle sviluppate dal marxismo di Antonio Gramsci.

**PAROLE CHIAVE:** Milton Santos. Althusser. Geografia critica. Hegel. Gramsci.

## INTRODUÇÃO

A rica e vasta contribuição teórica de Milton Santos para as ciências humanas e sociais, e em especial para a Geografia, o tornaram um dos mais proeminentes intelectuais brasileiros no que poderíamos chamar o campo de estudo dos processos socioespaciais. Dentre os já muitos trabalhos dedicados ao exame da obra do grande geógrafo brasileiro, o presente artigo pretende abrir um debate com uma tese desenvolvida na sintética porém boa biografia intelectual de Milton Santos feita pelo geógrafo Fábio Contel (CONTEL, 2024). Numa palavra, nos interessa discutir o argumento segundo o qual no livro *Por uma Geografia Nova*, e em especial através da categoria de formação social (ou socioespacial) que ali é desenvolvida, Milton Santos revela uma filiação ao marxismo estruturalista althusseriano, organizado em torno da categoria de “instâncias” sociais. A rigor, não se trata de um argumento novo, já que pelo menos desde a década de 1980 é conhecida uma crítica que busca classificar Milton Santos “entre os autores estruturalistas”, incluindo os desvios do economicismo “à la marionete” (SOUZA, 1988, 31-32), raciocínio que, mesmo sem aspirar um juízo crítico, como é também o caso de Contel, continua a se difundir em trabalhos mais recentes (FERRETTI e VIOTTO, 2018)<sup>4</sup>.

Por meio de um exame de *Por uma Geografia Nova*, mas também de alguns textos que lhe são correlatos, buscaremos sustentar a premissa de que a identificação teórica entre Milton Santos e o estruturalismo, em especial aquele de corte althusseriano, é limitativa e termina por dificultar a compreensão do alcance da proposta teórica formulada pelo grande geógrafo brasileiro, muito mais vinculada ao hegel-marxismo – que nada tem a ver com o economicismo e o estruturalismo, como imaginou Souza (1988) – e, por este caminho, com muitas proximidades com as formulações do marxismo de Antonio Gramsci.

## I - UM MILTON SANTOS ALTHUSSERIANO?

*Por uma Geografia Nova* é considerada por Fábio Contel como obra revolucionária, aquela em que Milton Santos aprofunda as “críticas à geografia ‘tradicional’ francesa, mas também à ascendente geografia quantitativa anglo-saxã (a então chamada *new geography*)” (CONTEL, 2014, p. 403). Segundo o geógrafo brasileiro, é neste trabalho que Milton Santos “recorre a um aprofundado diálogo com a história da filosofia, com a história do pensamento geográfico, e incorpora em seu discurso os principais autores e debates que ocorriam na geografia, na economia e na sociologia, em especial aqueles autores de formação marxista” (CONTEL, 2014, p. 403).

É correta e digna de encômio a observação acerca do caráter revolucionário da obra citada, com a crítica à quantificação e, o que é cada vez mais negligenciado, à geografia tradicional francesa, com seu “inventário de dados” (CONTEL, 2014, p. 402). Como também é correta a ênfase na incorporação de autores marxistas, mesmo se o autor se entrega à desviante questão da impossibilidade de “definir um ‘viés’ ou uma escola teórica” de *Por*

*uma Geografia Nova* (CONTEL, 2014, p. 403). Nas palavras de Contel, “desse profícuo aproveitamento do legado de Marx, Milton propõe uma definição relativamente simples do que seria o espaço geográfico: uma instância social”, definição diretamente posta em relação, em uma nota de rodapé, à noção de instância social segundo aparece nas formulações do marxismo de Louis Althusser:

De acordo com a leitura althusseriana, uma das principais balizas nessa conjuntura intelectual dos anos 1960-1970, ‘Marx concebe a estrutura de toda sociedade como constituída por ‘níveis’ ou ‘instâncias’ articuladas por uma determinação específica: a infraestrutura ou base econômica (‘unidade’ de forças produtivas e relações de produção) e a superestrutura, que compreende dois ‘níveis’ ou ‘instâncias’: a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política etc.). (CONTEL, 2014, p. 403)

Como veremos adiante, Milton Santos não desconsidera as instâncias da sociedade, e efetivamente define o “espaço geográfico” fazendo uso desta categoria do entendimento. Porém, o geógrafo brasileiro não se limita ao modelo proposto por Althusser, equívoco classificatório que não dá conta da profundidade da discussão estabelecida nas páginas antes aludidas e decididamente problemático no que diz respeito a uma correta compreensão da sua proposta teórica.

## 2 – MILTON SANTOS E A DETERMINAÇÃO EM “ULTIMA INSTÂNCIA” DE ALTHUSSER

Ao discutir a categoria de Formação Econômica e Social (F.E.S.) Milton Santos dialoga com uma série de autores, com os quais aponta concordâncias e discordâncias. É um trabalho rigoroso de citações diretas e elaboração teórica em linha argumentativa nem sempre fácil de apreender. O debate sobre a categoria “espaço” se fixa na ausência, em um amplo conjunto de autores, da análise desta categoria para o entendimento da realidade social, uma crítica tanto aos teóricos marxistas quanto aos não marxistas, mas fixando-se sobretudo nos primeiros. Segundo Santos,

quando, por outro lado, nos voltamos para o pensamento marxista, encontramos nuances no enunciado da classificação, mas a ausência de referência ao espaço é, também, praticamente geral (SANTOS, 2008, p. 177).

Antes de apresentar o espaço como instância social, o geógrafo brasileiro expõe as diferentes classificações dadas às chamadas “instâncias”. E não é um acaso que Santos inicie com a apresentação do esquema de Plekhânov, já criticado como “exemplo de geógrafo determinista”, com “lugar de destaque” no “casamento entre marxismo e positivismo”, a influenciar não só a escola alemã, mas também o regionalismo que atravessa a escola possibilista francesa, já que “a ideia regionalista” se lhe afigura “apenas um nome diferente

para o determinismo” (SANTOS, 2008, p. 48-49 e 50). Na discussão das “instâncias”, a crítica ao marxista russo é conduzida a partir de uma citação de Jakubowsky. Plekhânov

distingue cinco níveis como sendo indispensáveis à definição da sociedade: 1. o estado das forças produtivas; 2. as relações econômicas que essas forças condicionam; 3. o regime social e político assentado sobre essa ‘base’ econômica; 4. a psicologia do homem social, em parte determinada pela economia, em parte por todo o regime social e político que sobre ela se edifica; 5. as ideologias diversas, que essa psicologia reflete. Segundo Jakubowsky ... sob o termo psicologia social Plekhânov inclui aparentemente ‘a reação consciente, geral dos homens de uma época sobre as relações sociais debaixo das quais eles vivem’ e que se manifestam ‘em diferentes ideologias concretas’ que são inseparáveis dela. Daí por que Jakubowsky propõe suprimir certos níveis do esquema plekhanovista e distingue somente três ‘regiões’ (termos, aliás, que Althusser e seus discípulos empregam com frequência). Essas instâncias da sociedade se limitariam, então, à seguinte lista: 1. a base econômica, ela própria determinada pelas forças produtivas; 2. a ordem política e jurídica que lhe é correspondente; 3. as superestruturas ideológicas que encimam o edifício. (SANTOS, 2008, p. 177-178)

A referência acima é importante não apenas porque evidencia o caráter fragmentado do esquema de Plekhânov, virtualmente tendente a separar “forças produtivas”, “base econômica” e até o “regime social e político”, com rígida determinação do primeiro nível. É nesta citação que Santos estabelece o primeiro contato direto com Althusser, insistindo que a sua apresentação da totalidade social a partir de apenas três níveis, os mesmos apresentados por Jakubowsky, é “apenas ligeiramente diferente da oferecida por outros marxistas” (são citados C. Bettelheim, P. L. Crosta, G. La Grassa, M. Harnecker), e tão limitativa quanto ela, onde “não há menção ao espaço como podendo ser uma instância social” (SANTOS, 2002, p. 178-179).

Seguindo na rejeição dos pressupostos de Plekhânov, o geógrafo brasileiro avança duas questões fundamentais para a construção do seu argumento. Ele se indaga se a economia poderia funcionar sem uma base geográfica e, ainda mais importante, se o espaço seria uma estrutura subordinada exclusivamente ao econômico. A resposta, de claro conteúdo dialético<sup>5</sup>, é negativa para as duas questões: o espaço nem pode prescindir de uma base geográfica, “mesmo se a palavra *geográfico* é tomada na sua acepção mais equívoca, como sinônimo de condição natural”, e tão pouco pode ser tratado “dentro dessa acepção estreita e errada”, como fazem “muitos economistas e tantos outros cientistas sociais” (SANTOS, 2008, p. 182).

A discussão crítica em torno das determinações, ambientais mas também econômicas, encontra Althusser em dois outros momentos. Nas páginas finais de *Por uma Geografia Nova* o filósofo francês é referido, através de uma citação de M. Harnecker, para lembrar que ele se “lamenta que a teoria do ‘nível econômico’ não seja uma teoria completamente”, e isto pelo fato dela “não se preocupar com as outras instâncias” (SANTOS, 2008, p. 265). Não obstante, o raciocínio completo de Althusser, bem como a

crítica que lhe é endereçada, fora já apresentado no capítulo 13, precisamente aquele destinado à discussão do “espaço como instância”. Ali o filósofo francês, sustentado a mesma posição que acima observamos, aparece através de uma citação de Armando Córdoba, um crítico de Althusser. Segundo Milton Santos, a leitura de Córdoba

parece ser essencialmente diferente da de Louis Althusser, com cuja interpretação ele não está de acordo em diversos aspectos, embora admitindo como Althusser o caráter de dominação ‘em última instância’ da estrutura social. O que Córdoba entroniza como estrutura dominante é a estrutura socioeconômica, coisa diferente da estrutura econômica *tout court* (SANTOS, 2008, p. 184)

As conclusões a tirar das referências acima são duas: 1ª) a relação de Althusser com a determinação do econômico não é simples, buscando efetivamente superar esta unilateralidade; 2ª) trata-se de uma determinação “da estrutura social” ou, como em Córdoba, uma determinação “socioeconômica”, que todavia continua a figurar, em ambos os autores, como determinação em “última instância”. O grande geógrafo brasileiro parece fazer sua esta forma de entendimento, mas não para ir até o fim do seu raciocínio com ela, conclusão a ser extraída apenas quando se apreende o “ritmo do pensamento”<sup>6</sup> de todo o capítulo, ou mesmo de toda obra. Com efeito, é como se a crítica ao economicismo que fazem Althusser e Córdoba fosse uma apenas uma etapa da construção teórica necessária, mas ainda insuficiente. É a referência a Lukács, que por sua vez recorre a Marx e Hegel, que fecha o raciocínio, a rigor apresentado em explícita confrontação com o entendimento de Althusser:

No fundo do seu pensamento, todavia, Marx dava primazia à totalidade, o que aparece claramente na famosa Introdução de 1857. É possível, sem dúvida, fazer como Althusser (...), que cita o fundador do marxismo para chegar à conclusão de que há uma estrutura dominante (...), responsável pela articulação entre as partes e o todo. Lukács, em seu *História e Consciência de Classe* lembra que a tese da dominância não prova, mas antes se choca com a tese de totalidade. Para Lukács, a categoria de totalidade, uma herança deixada a Marx por Hegel, consagra ‘a dominação em todos os sentidos, do todo sobre as partes’ e constitui a essência do método utilizado por Marx como fundamento de uma ciência inteiramente nova”. Dentro desse pensamento, a primazia corresponde à totalidade como estrutura, a qual está acima das suas subestruturas e sobreeleva a sucessão, no tempo, das diversas categorias específicas.” (SANTOS, 2008, p. 183-184)

Não é uma conclusão que deveria surpreender. No artigo que propõe a categoria de formação social como teoria e método da Geografia, e não por acaso na seção que trata do espaço como totalidade, é clara a referência a Antonio Labriola, filósofo pioneiro no restabelecimento da categoria de totalidade no marxismo após o empobrecimento produzido pela II Internacional. “Mais do que uma expressão econômica da história, as F.E.S. são uma organização histórica”, insistia Milton Santos, apressando-se a explicar que quando “se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político e ideológico”,

capazes de se tornarem “uma força produtiva” (SANTOS, 1982, p. 17-18). O mesmo Labriola que, uma das influências de Gramsci nesta temática, comparece ao lado de Lenin no capítulo sobre formação social de *Por uma Geografia Nova* “para mostrar o equívoco dos que consideram” a categoria de F. E. S. “uma concepção econômica da história”, pois trata-se ‘de uma concepção histórica da economia’” (SANTOS, 2008, p. 245).

### 3 – MILTON SANTOS E A MODELÍSTICA DE ALTHUSSER

No livro *Ideologias Geográficas* Antônio Carlos Robert Moraes (1988) propõe uma discussão acerca da influência das teorias marxistas nas ciências humanas durante a segunda metade do século XX. Ele aponta para o problema da crise do marxismo ocidental e da “falta de uma estratégia ampla para superar o capitalismo moderno”, bem como do modo como “estas teorizações se distanciam de uma prática política global” (MORAES, 1988, p. 87). O autor confere à formulação teórica de Louis Althusser uma posição de monta nesse cenário. A leitura althusseriana “direciona-se como um esforço de objetivação, vendo o marxismo como ‘ciência’ e buscando apreender os seus procedimentos lógicos essenciais” (MORAES, 1988, p. 87-88). Certamente, não se trata de negar que o marxismo seja científico. O erro, segundo se referiu Losurdo, é esquecer, como propõe a tese althusseriana da “ruptura epistemológica” – voltada a estabelecer uma radical separação entre Marx e Hegel –, que no fundador do marxismo estão “estritamente entrelaçadas análise científica e condenação moral”, entrelaçamento este que explica mesmo o seu “apelo à revolução” (LOSURDO, 2013, p. 90-91). Ainda que tenha sido este esquecimento aquele que permitiu a muitos marxistas estabelecer uma leitura da realidade dotada de “segurança doutrinária” e “padrão de análise”, redefinindo “com rigor as categorias básicas de interpretação”, tudo se fazia sob a égide do estruturalismo (MORAES, 1988, p. 87). Daí que, como ciência, o pensamento de Marx só poderia ser concebido como um “anti-humanismo” (LOSURDO, 2013, p. 91)

De fato, “a proposta de Althusser encontra grande ressonância no marxismo de extração acadêmica”, tendo sua introdução na ciência geográfica ocorrido principalmente no campo da temática urbana, quando um marxismo “tributário de Althusser” passou a se apropriar das “formulações de Manuel Castels e dos urbanistas franceses” (MORAES, 1988, p. 89-90).

Ora, os padrões interpretativos da análise estruturalista da sociedade custaram a Althusser “um distanciamento da dialética” e “uma alta dose de formalismo” (MORAES, 1988, p. 90). Assim, “o modo de produção passa a ser entendido como um ‘modelo teórico’, cujas ‘manifestações empíricas’ estão expressas nas formações econômico-sociais (apenas estas sendo dotadas de concretude histórica)” (MORAES, 1988, p. 90). E aqui está um afastamento claro de Milton Santos em relação a Althusser, demonstrado estar consciente da crítica que já nos anos sessenta se fez ao filósofo francês, qual seja, a da “radical oposição entre objeto do conhecimento e objeto real”, com a consequência de “desprover o concreto de qualquer forma de universalidade” (GIANNOTTI, 1977 [1968], p. 87). Já no artigo sobre

formação social, é clara a referência ao equívoco do filósofo francês em partir “da distinção entre *conceitos teóricos*, que definem os ‘objetos formais abstratos’, e os *conceitos empíricos*, que são as determinações da existência dos objetos concretos”, para o que remete à “recusa” desta distinção para a “definição das F. E. S.” feita por Marta Harnecker (SANTOS, 1982, p. 21), problema retomado, com referência à mesma autora, em *Por uma Geografia Nova*, assinalando a concretude dos modos de produção:

as formações sociais não existem senão pelos seus aspectos concretos, entre os quais *os modos de produção concretos* que as constituem e que possibilitam chegar a compreender a especificidade de cada sociedade (...) como realidade historicamente determinada com base territorial (SANTOS, 2008, p. 245).

Com efeito, com o estruturalismo althusseriano, estamos diante de uma aproximação “do discurso marxista” à “tradição epistemológica do positivismo francês”, vale dizer, à “tradição comtiana”, com o resultado de conferir “opacidade aos fatos” (GIANNOTTI, 1977 [1968], p. 88 e 99). É quando a “própria história é ameaçada por uma perspectiva mais preocupada com as estruturas (as constâncias) do que com os processos (plenos de diferenças)” (MORAES, 1988, p. 89), que assim termina por relegar toda subjetividade, como o disse Cesare Luporini iniciando a ruptura com a sua fase estruturalista, ao terreno da “decomposição de suas componentes humanas”, enquanto ao mesmo tempo “eterniza e sublima negativamente as decomposições que existem realmente como produto da sociedade de classe e dos modos extremos de pressão sobre o homem” na sociedade capitalista avançada (LUPORINI, 1978, p. XVI).

Não há dúvida que as estruturas contam na teoria de Marx, que não perde de vista “a importância condicionante dada pelas estruturas formais objetivas produzidas na história humano-social no interior dos limites naturais”, coisa muito diferente do estruturalismo, uma ideologia da conservação que “sutilmente utiliza” este “lado fundamental e central do próprio marxismo” para se entregar a uma “impassível cientificidade” (LUPORINI, 1978, p. XVI).

Também Milton Santos está de acordo com a necessidade de tomar as estruturas para compreender as determinações da realidade social, mas diferentemente de qualquer forma de positivização, jamais as separa dos *processos* históricos, com suas diferenças constitutivas. E eis o lugar do “espaço geográfico” como totalidade social, categoria central para a superação de qualquer distinção mecânica entre “estrutura e história”, pois “o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura.” (SANTOS, 1982, p. 17)

Como o acontecer social, aqui enunciado como acontecer geográfico, depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo e um lugar próprio que o define, acrescentando à sua dimensão social original, uma dimensão que é, de uma só vez, temporal e espacial. *Lugares e área, regiões ou subespaços são, pois, unicamente áreas funcionais, cuja escala real depende dos processos* (SANTOS, 2008, p. 219).

*Estruturas*, ou a “sociedade total”, definida como o “Ser” social, mas também a *história* ou, ainda melhor, os *processos*, capazes de definir as *escalas reais* de lugares, áreas e regiões, bem como suas *formas e funções*, o “Ser” social em sua “existência” (SANTOS, 2008, p. 218). E eis como esta interação dialética entre história e estrutura por meio do espaço termina por aprofundar a superação do economicismo e, ainda mais, das “determinações em última instância”, incapazes de reter a “dialética global” da vida social. O espaço, insiste Milton Santos, “não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado” (SANTOS, 2008, p. 181), pois é “através do espaço”, que “a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdos, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade” (SANTOS, 2008, p. 189).

Compreende-se agora porque, na revisão do debate sobre a categoria de F. E. S., o geógrafo brasileiro dê grande importância a Emilio Sereni, que “sem menosprezar a contribuição de Lênin, fez remontar a Marx a explicitação do conceito” (SANTOS, 1982, p. 1982, p. 20). O mesmo Sereni que, no referido debate, é um crítico de Althusser e da fase estruturalista de Luporini, autores que, buscando superar uma suposta “continuidade homogênea” do tempo em Hegel, terminam por pensar a histórica através de “cortes arbitrários”, eles mesmos conduzindo à negação da unidade dialética entre continuidade e descontinuidade do tempo histórico (SERENI, 1984, p. 88-90) – e assim do espaço<sup>7</sup>.

#### 4 - TOTALIDADE, DIALÉTICA HISTÓRICA E O ACOLHIMENTO DE HEGEL

Como vimos, na abordagem estruturalista de Althusser é central a recusa em aproximar Marx de Hegel, aproximação que para Milton Santos conduz ao princípio da totalidade, a envolver “a noção de tempo” (SANTOS, 1988, p. 12-13). De sua parte, Althusser prefere “diferenciar os ‘escritos juvenis’ da obra de maturidade de Marx”, residindo a passagem de uma fase a outra na “integral superação do legado de Hegel” (MORAES, 1988, p. 88). E, nesta superação, a simultânea desclassificação da concepção de história filósofo de Stuttgart, supostamente apegada à linearidade do tempo. E aqui está o conhecido anti-historicismo de Althusser:

É o que se encontra em Hegel quando ele fala da acumulação quantitativa, ou da lógica do entendimento. Hegel tentou pensar os efeitos propriamente estruturais sob a forma do ‘salto qualitativo’, isto é, tentou passar da causalidade linear à causalidade estrutural engendrando a segunda a partir da primeira (e é por isso que sua ‘dialética’ resta presa nas categorias empíricas do entendimento mecânico e linear, malgrado sua declaração de ultrapassamento, sendo o conceito de ultrapassamento – *Aufhebung* – o conceito que admite e reconhece, a despeito de si, esse cativo). (ALTHUSSER, 2022 [1965], p. 66-67)

Se é verdade que Hegel se ocupa do tema da “acumulação” histórica, interessado que

está com o “futuro da civilização” e o “progresso da humanidade”, temas centrais em um filósofo da história (LOSURDO, 2018, p. 318), nada mais estranho a Hegel do que a linearidade do tempo. Com efeito, notando como a sua filosofia da história problematiza antes de tudo os “custos humanos do progresso” – algo ausente na filosofia liberal da história de um Tocqueville ou Stuart Mill –, Losurdo insistiu que ela se fixa sobretudo no pisoteio dos “interesses sagrados”, vale dizer, nas rupturas, sem que lhe seja indiferente “a dor, a seriedade do negativo” (LOSURDO, p. 2018, p.318).

Não está assim tão distante de Losurdo a recepção que Milton Santos faz de Hegel, autor amplamente citado em *Por uma Geografia Nova*, que comparece com quatro obras na bibliografia final e diversas referências ao longo do livro, recebendo destaque mesmo em um subtítulo do capítulo 11, o único dos filósofos citados a merecer a honraria (SANTOS, 2008, p. 56 e ss., 106 e ss., 187-188, 195)<sup>8</sup>. De fato, a categoria de “segunda natureza”, base da nova definição da categoria “espaço”, encontra sua formulação original não apenas através de uma referência a Marx (SANTOS, 2008, p. 246), mas já no entendimento da própria categoria de “natureza” de Hegel, jamais apreendida como “sujeito”, sendo antes um “predicado do pensamento”, “uma objetivação do espírito” (SANTOS, 2008, p. 157, citando Avineri, e p. 158). Tema posteriormente retomado com referência explícita à “fenomenologia do espírito de Hegel (que) seria assim a transmutação da sociedade total no espaço total”, sendo este “um movimento permanente” e “infinito”, e através do qual “a sociedade e o espaço evoluem.” (SANTOS, 1988, p. 16)<sup>9</sup>

De fato, falar da natureza como “predicado do pensamento” nada tem a ver com uma visão “consciencialista”. Na nota 2 do subcapítulo que discute Hegel, o geógrafo brasileiro, citando T. M. Knox, esclarece o que significa “Ideia” em Hegel, “cuja apreensão exigiria colocar em paralelo”, “de um lado, uma série de pensamentos, organicamente conectados e, de outro lado, uma série de fenômenos naturais e de instituições humanas, que incluem uma série de pensamentos” (SANTOS, 2008, p. 158). Podemos assim compreender porque Milton Santos não classifica Hegel entre os filósofos da “percepção”, para quem “o espaço existe, antes do mais, em nosso pensamento”, mas como o “fundador da dialética moderna” (SANTOS, 2008, p. 255-256)<sup>10</sup>. E, do mesmo modo, porque a definição do espaço como “um campo de forças cuja aceleração é desigual” (SANTOS, 2008, p. 153), a rigor símile aquele “jogo de forças” ao qual se refere Hegel para dar uma das definições de “realidade” na *Fenomenologia do Espírito* (KAUBE, 2022, p. 133-134), pressupõe a noção de “propriedades de uma coisa” esposada por Hegel na *Ciência da Lógica*. Nas palavras de Milton Santos, que cita diretamente esta obra do filósofo de Stuttgart:

toda coisa tem propriedades; estas são, antes do mais, suas relações com outras coisas [...] mas seguramente a própria coisa [...] tem a propriedade de provocar esse ou aquele efeito em uma outra coisa e de se exteriorizar, nas suas relações, de uma maneira original. (HEGEL, *apud* SANTOS, 2008, p. 187-188)

De fato, toda teorização que permite superar o problema do “espaço tridimensional” newtoniano referido no capítulo 2 de *Por uma Geografia Nova*, um “espaço absoluto e imutável”,

expressão da separação entre “ciência e metafísica”, é também uma teorização que exige pensar o espaço “como um sistema de relações ou como um campo de forças”, e isto significa que “o tempo se impõe como uma dimensão essencial”, exigindo que se fale de um “espaço quadrimensional”, base de uma teoria do “espaço como acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2008, p. 49, 252, 256).

E eis novamente a centralidade em Milton Santos de uma categoria cara a Hegel e ao marxismo como a de “tempo” e “historicidade”, ou, ainda melhor, a centralidade de uma “visão da história como progresso saída da Revolução Francesa”, sempre rejeitada pelos setores mais conservadores ou mesmo reacionários, de Malthus à nova direita de Alain de Benoiste, passando por fascistas e nazistas (LOSURDO, 1987, p. 142 e ss.). De fato, são recorrentes expressões como “marcha da história”, “evolução da história humana”, “desenvolvimento histórico”, “unidade da história”, em uma discussão que avança a cada página para propor o trabalho do geógrafo como aquele voltado ao exame dos acontecimentos “em conjunto num bloco espaço-temporal” (SANTOS, 2008, p. 31, 121, 246, 253). Em nenhum dos casos esta leitura do tempo incorre em qualquer linearidade, explicitamente criticada referindo-se não a Hegel, como fez Althusser, mas à “evolução linear sugerida por Augusto Comte” (SANTOS, 2008, p. 162).

Não há dúvida, enquanto Althusser, ele sim preso à camisa de força do positivismo francês, diz ser a dialética de Marx “inteiramente diferente da dialética hegeliana” (ALTHUSSER, 1979, p. 53), Milton Santos, convencido da sua concretude histórico-espacial, procede de modo absolutamente inverso. Ele se abre a um decidido acolhimento da dialética de Hegel, pois o filósofo de Stuttgart “assemelhava a noção de realidade à noção de dialética. E a noção de dialética suprime o risco da elucubração metafísica quando a realidade analisada é o espaço” (SANTOS, 2008, p. 213), ou “o espaço real, das sociedades em seu devir” (SANTOS, 2008, p. 118).

Talvez pudéssemos dizer, buscando ampliar a compreensão da crítica ao espaço tridimensional newtoniano antes referido, que a dialética hegeliana suprime o risco de uma metafísica que esquece o mundo terreno, segundo se referiu Losurdo para falar da mundanidade e politicidade da metafísica de Hegel, que “deixa as cortes e irrompe nas ruas e nas praças parisienses” (LOSURDO, 2008, p. 526). Uma metafísica a rigor apoiada não no devir *stricto sensu*, mas no “desenvolvimento do conceito de devir”, que é o “ser determinado” (HEGEL, 2009, p. 585)<sup>11</sup>. E assim é que se pode entender porque a *Aufhebung* hegeliana não pode ser sinônimo de “linearidade histórica”, sendo antes expressão de um “negar que é ao mesmo tempo um herdar os pontos mais altos do ordenamento político-social negado e derrubado”, uma “negação determinada” do processo histórico, não sua completa liquidação, negação determinada que é ela mesma o “pressuposto” de “uma real transformação da sociedade, o pressuposto da revolução” (LOSURDO, 2017, p. 28 e 124). Com efeito, não nos parece diferente o raciocínio que propõe o espaço geográfico como categoria decisiva para a superação da cisão entre História e estrutura – cisão a toda prova negligente diante do “ser determinado”, e assim potencialmente negligente diante da

“negação determinada”<sup>12</sup>.

## 5 - MILTON SANTOS E GRAMSCI

A proposta inovadora da categoria de formação socioespacial elaborada por Milton Santos é frequentemente creditada às influências sartrianas do geógrafo brasileiro, que soube explorar com grande inventividade a noção do “prático-inerte” de Jean Paul Sartre (SANTOS, 1982, p. 18-19; SANTOS, 2008, p. 172). Sartre é uma influência evidente em Milton Santos e não há que questioná-la, tendo o geógrafo brasileiro voltado ao existencialista francês muitas vezes em suas obras. Não obstante, pouco notadas, ou pelo menos pouco enfatizadas, são as referências que, nas mesmas páginas dedicadas a discutir a categoria de Sartre, são feitas aos clássicos do marxismo, entre eles os próprios Marx e Engels, mas não menos Antonio Labriola, como dissemos um autor caro a Gramsci.

Deveríamos nos indagar se não são precisamente as influências do marxismo aquelas que convidaram Milton Santos a reelaborar a formulação de Sartre, insistindo que, quando se “trata do espaço humano, a questão não é mais de prática inerte, mas de inércia dinâmica” (SANTOS 1982, p. 19; SANTOS 2008, p.185.). De fato, não nos parece uma mera mudança vocabular, mas de conteúdo mesmo. Quando mais não seja pelo fato de que a nova formulação estabelece uma relação direta com a questão, a toda prova inerente ao materialismo histórico, do desenvolvimento geográfico desigual. Afinal, a “estrutura espacial”, enquanto “inércia ativa ou dinâmica”, que “se manifesta de forma polivalente”, tem entre suas características principais, especialmente “quando a ação (a utilização) do mercado é livre”, “a repartição desigual” da mão de obra, dos capitais, das infra-estruturas e dos serviços, que “funciona como um elemento mantenedor das tendências herdadas” (SANTOS, 2008, p. 170, citando V. Maramba, e p. 185). Se lembramos que o espaço do qual se está falando não é mais o espaço absoluto e tridimensional, mas um espaço relacional e quadrimensional, um campo de forças a expressar as diferentes correlações de forças que animam a dialética histórica, não há como não concluir acerca da sua proximidade com a categoria de revolução passiva que Gramsci utiliza – não como *programa*, caro ao liberais do *Risorgimento*, mas *critério de interpretação* (GRAMSCI, 1975, p. 1827) – para dar conta do “caráter dinâmico das restaurações” (BURGIO, 2002, p. 12). Nos termos de Gramsci, aquelas situações marcadas pela

expressão prática das necessidades da tese desenvolver-se inteiramente até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’, isto é, na oposição dialética apenas a tese na realidade desenvolve todas as suas possibilidades de luta até incorporar os autoproclamados representantes da antítese. (GRAMSCI, 1975, p. 1768)

Gramsci não é um autor muito citado pelo geógrafo brasileiro, mas claramente comparece nos textos do período em que Milton Santos está elaborando as categorias antes

referidas. Em *Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa*, o marxista italiano é referido nas páginas conclusivas precisamente para criticar o “fetichismo da aparência”, ou a “mistificação” das abordagens que se permitem tomar a “parte como se fosse o todo” (SANTOS, 1982b, p. 18). Em *Por uma Geografia Nova* o geógrafo brasileiro refere-se ao marxista italiano apenas uma vez (SANTOS, 2008, p. 198), mas toda a base filosófica da crítica ao empirismo, decisiva na rejeição da simples associação da categoria espaço àquela de paisagem – “duas realidades” que “estão longe de ser sinônimas” (SANTOS, 2008, p. 175) –, sugere ter estreitas relações com as formulações que Gramsci elaborou para superar o “fetichismo da aparência” também no terreno das categorias geográficas, consciente de que “os problemas de classe tendem a se tornar problemas ‘territoriais’” (GRAMSCI, 1967, p. 549)<sup>13</sup>.

Não há dúvida, os dois autores se assemelham quanto aos esforços para superar as limitações teóricas dos campos político-intelectuais de que participam. No caso de Gramsci o positivismo presente nas formulações economicistas do marxismo do final do século XIX e início do século XX, muito fortes nos marxistas da II internacional. Em Milton Santos, o neopositivismo quantitativo e a herança empirista das geografias alemã e francesa, cuja tênue influência do marxismo igualmente não foi além da orientação positivista que Gramsci alveja, como fica patente na leitura do capítulo 2 de *Por uma Geografia Nova* (SANTOS, 2008, p. 52 e ss.). Trata-se, ao fim e ao cabo, da ausência da dialética hegeliana nestes universos político-epistemológicos, que assim permanecem reféns do materialismo tradicional. Nas palavras de Gramsci:

A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. (GRAMSCI, 1975, p. 1425)

Vale nos fixarmos um pouco mais nesta questão. Para Gramsci, sem se compreender a relação que Hegel estabelece entre racional e real, a chamada “objetivação da realidade” – ou a “realidade em sentido forte” (*Wirklichkeit*), *distinta* embora não contraposta ao “mundo das aparências” (*Erscheinungswelt*), como o disse Losurdo (LOSURDO, 2011, p. 93 e 97-98) –, “não é possível compreender a filosofia da práxis, a sua posição em face do idealismo e do materialismo mecânico” (GRAMSCI, 1975, p. 1420) que esta relação busca combater. E este é precisamente o caso do *Ensaio Popular* de Bukharin, um dos alvos da crítica de Gramsci. Tanto quanto a historiografia econômica de Achille Loria ou a abordagem do economista Luigi Einaudi, o revolucionário russo se apresenta a Gramsci como refém de um marxismo positivista. Bukharin se entrega à substituição da “ideia” hegeliana pelo “conceito” de estrutura, que ele reduz à “estrutura econômica”, perdendo assim de vista a totalidade histórico-social. Na crítica de Gramsci:

A ‘ideia’ hegeliana se resolve tanto na estrutura quanto nas superestruturas e toda a maneira de conceber a filosofia foi ‘historicizada’, isto é, iniciou-se o nascimento de um novo modo de filosofar, mais concreto e mais histórico do que os precedentes (GRAMSCI, 1975, p. 1420).

E assim é que se pode compreender a tese de que a filosofia da práxis é “o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história”, linha a partir da qual “deve ser buscado o filão da nova concepção do mundo” (GRAMSCI, 1975, p. 1437)<sup>14</sup>. Daí porque, consoante com a formulação lukacsiana que serviu a Milton Santos, o mesmo Gramsci se apresse em alertar que “Marx nunca propôs esta pesquisa em torno da causa última da vida econômica”, insistindo que a “sua filosofia não era assim barata. Não havia flertado em vão com a dialética de Hegel, para sair depois em busca das ‘causas últimas’, problema que “foi precisamente anulado pela dialética” (GRAMSCI, 1975, p. 441 e 445).

Não surpreende que este raciocínio leve Gramsci a rejeitar uma “teleologia” de “estrutura destinal”, como tende a ser a teleologia do *Ensaio* de Bukharin, tendo o marxista italiano aceitado que o materialismo histórico faça sua esta noção apenas na medida em que aceite o “conceito kantiano de teleologia”, a partir do qual “os fins últimos do processo histórico se revelam postos pela autonomia da razão” (BURGIO, 2003, p. 7 e 10; GRAMSCI, 1975, p. 445 e 1426).

Mas afinal onde encontrar a “autonomia da razão” senão no papel que pode cumprir o espaço enquanto meio de superar a dicotomia História e Estrutura de que nos falou Milton Santos, articulando dialeticamente uma e outra destas dimensões? Para continuarmos com os termos de Gramsci, uma “mente” dotada de “forte sentido geográfico” (BARATTA, 2011, p. 67), estamos diante daquela terrenalidade e mundanidade que, sendo histórica, não pode deixar de ser espacial.

Aqui se impõe uma conclusão. Não há dúvida, o grande geógrafo brasileiro faz uso da categoria “instância” para definir o espaço. Não obstante, sua formulação, em linha com o marxismo não mecanicista de Lukács e Gramsci – um marxismo guarnecido pela dialética hegeliana<sup>15</sup> –, está toda voltada para superar a hierarquia dos “níveis”, “estruturas”, “instâncias” ou “momentos”, caros à visão “arquitetônica” do estruturalismo, mesmo quando ele busca superar o economicismo. E não é por acaso que ao definir a ciência geográfica como uma “filosofia das técnicas”, Milton Santos não aceite reduzi-la à simples “aparelho técnico”, insistindo que o número de técnicas “é grande: técnicas produtivas, técnicas sociais, técnicas políticas, etc.” (SANTOS, 1988, p. 10), posição sustentada de modo ainda mais claro em um artigo dos anos 90, ao afirmar que a “vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade” (SANTOS, 1993, p. 21). Trata-se, com efeito, de pensar o espaço geográfico, enquanto totalidade que é, a partir daquela “dupla fenomenologia” que organiza o conceito de “bloco histórico” – estrutura e superestrutura – (GRAMSCI, 1975, p. 1569), e que Gramsci, operando através dela uma completa

reformulação do que venha a ser “aparelho técnico”, ou, ainda melhor, sua correta interpretação à luz da categoria marxiana de “forças produtivas”, avança para reformular completamente o que depois ficou conhecido como o problema das “instâncias”. A rigor, estamos diante da centralidade posta por Gramsci – já escotado que está pela crítica do marxismo das “causas últimas” – nas correlações de forças que emergem do bloco histórico:

O desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder cria as superestruturas que determinam a formação de uma ‘especial estrutura material’ para a sua difusão etc. O pensamento científico é uma superestrutura que cria ‘os instrumentos científicos’; a música é uma superestrutura que cria os instrumentos musicais. Logicamente e cronologicamente, se tem: estrutura social – superestrutura – estrutura material da superestrutura. (GRAMSCI, 1975, p. 433-434)<sup>16</sup>

Não há dúvida, é também uma formulação desta natureza que diferencia a apropriação do materialismo histórico realizada por Milton Santos, a rigor uma contribuição para o distanciamento daquilo que André Tosel chamou o “marxismo das instâncias”, não por acaso referindo-se às diferenças entre Gramsci e Althusser, não percebidas nem mesmo por um filósofo da estatura de Henri Lefebvre (TOSEL, 2017, p. 316-317).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Restringindo-nos basicamente aos escritos do final dos anos de 1970 e início de 1980, buscamos expor neste trabalho parte dos esforços de Milton Santos para superar as velhas filosofias marcadas pelo positivismo e o economicismo no interior da Geografia. Diálogo centrado, sobretudo, na discussão das relações entre o geógrafo brasileiro e o filósofo francês Louis Althusser, expoente do estruturalismo marxista. Como tentamos demonstrar, as formulações de Milton Santos, organizadas em torno de uma articulação das categorias espaço, estrutura, processo, função, forma, bem como de uma reapresentação da categoria de formação econômico-social como uma formação socioespacial, não equivalem a uma associação com o estruturalismo althusseriano, como vem sendo sustentado na literatura.

Certamente, Milton Santos se refere ao espaço como instância social, ou seja, como uma estrutura das determinações sociais – mas ele é ao mesmo tempo subordinado e subordinante, estabelecendo uma relação dialética com as demais estruturas. E exatamente por isso esta categoria se torna um elemento da totalidade social, formulação que permite ao geógrafo brasileiro opor-se àqueles que consideram o espaço como estrutura subordinada exclusivamente ao econômico, ou mesmo ao socioeconômico, concepções ainda herdeiras de um marxismo preso às determinações em última instância. O espaço participa dialeticamente da totalidade, vale dizer, da dialética histórica. Expressão de um “campo de forças”, o espaço é a própria manifestação da totalidade, por definição estranha às “causas últimas”. E eis o claro distanciamento entre Milton Santos e Althusser, o que permite

concluir que suas formulações o aproximam muito mais da produção filosófica do marxismo de Antonio Gramsci, mesmo se este foi um autor pouco citado – embora não ausente – nos textos em que o geógrafo brasileiro lança as bases para uma “Geografia Crítica”. Essa aproximação tem como ponto de contato a filosofia clássica alemã e, em particular, o pensamento de Hegel, com forte influência no marxismo italiano e também em Gramsci (LOSURDO, 1997; BURGIO, 2002), uma perspectiva geralmente ignorada pelos comentadores da obra do grande geógrafo brasileiro.

Longe de dar por encerrada a discussão e esgotar as possibilidades de análise, o trabalho que aqui apresentamos deve ser considerado apenas a etapa inicial de uma longa construção, que corresponde também a uma absorção mais orgânica do pensamento de Gramsci como parte das formulações da chamada *Geografia Crítica*, já um tanto esmaecida. De fato, permanece inteiramente válida a tese de que “as noções de modo de produção e de formação social – mas sobretudo esta última – não foram adequadamente exploradas pelos que estudam o espaço humano” (SANTOS, 2008, p. 244), podendo-se falar, mesmo, de um certo empobrecimento recente nos seus estudos.

Um caminho futuro para as pesquisas neste campo poderia passar por uma investigação aprofundada acerca do uso da categoria gramsciana de hegemonia nas reflexões do geógrafo brasileiro. Para lembrar ainda uma vez o artigo de André Tosel antes citado, estamos diante de uma categoria que, rejeitando o dualismo entre “autoridade” e “concesso”, afasta-se de uma visão estruturalista do Estado, vale dizer, do Estado compreendido “ao nível de uma instância” (TOSEL, 2017, p. 317). É uma visão já lançada em *Por uma Geografia Nova*, como sugere a advertência – típica do “Estado ético” que interessou a Gramsci, e cujas origens remetem a Hegel (FROSINI, 2017, p. 144-145) –, para o estudo da “dialética entre o macroespaço, o Estado e o microespaço, quer dizer as coletividades de menor dimensão” (SANTOS, 2008, p. 232), mas que merece ser aprofundada investigando-se as formulações da última fase do grande geógrafo. A fase em que, ao lado da crítica do “Estado abstrato”, o Estado “com referência a si mesmo” (SANTOS, 1993, p. 20), emergem categorias como “território usado” e “espaço banal” – “o espaço de todos” –, não raro acompanhadas de um tema gramsciano central para compreender a dialética do Estado, *verbi gratea*, o tema da “sociedade civil” (SANTOS, 2014, p. 139 e 144). E aqui está uma perspectiva, como havia dito nas páginas finais de *Por uma Geografia Nova* – as mesmas que endereçam uma clara crítica à “geografia do *gendarme*” –, para o estabelecimento de uma “nova geografia presidida pelo interesse social”, uma geografia capaz de “revalorizar o próprio homem”, “um problema de conhecimento”, mas também “um problema moral” (SANTOS, 2008, p. 262 e 266). Este último, como vimos, um tema completamente ausente do marxismo cientificista caro ao estruturalismo althusseriano.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. De O Capital à Filosofia de Marx. In: Althusser, L. Rancière, J. e

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.9	n.15	p. 5-23	Dez/2024	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	------	---------	----------	-----------------

- Macherey, P. **Ler o Capital**. Trad. Nathanael C. Peixoto. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. Sobre a gênese [1966]. In: **Escritos sobre a história**. Trad. Diego Lanciote. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- BARATTA, G. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Unesp, 2011.
- BURGIO, A. **Gramsci storico**. Una lettura dei ‘Quaderni del carcere’. Roma-Bari: Laterza, 2002.
- \_\_\_\_\_. Storia e storie di “dialettica”. Sulla semântica di una parola-chiave. In: **Dialettica**. Tradizioni, problemi, sviluppi. Burgio, A. (a cura di). Macerata: Quodlibet: 2007.
- CONTEL, F. B. Milton Santos. In: **Intérpretes do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- COSPITO, G. **Il ritmo del pensiero**. Per una lettura diacronica dei “Quaderni del cárcere di Gramsci. Napoli: Bibliopolis, 2011.
- FERRETTI, F. e VIOTTO, B. Inventing critical development: A Brazilian geographer and his Northern networks. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Wiley, 2018.
- FRESU, G. **Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual**. Trad. Rita Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FROSINI, F. Espaço e poder à luz da teoria da hegemonia. In: **Gramsci: periferia e subalternidade**. Del Roio, M. (org.). São Paulo: Edusp, 2017.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Il Mezzogiorno e il fascismo*. In: **Scritti Politici**. Spriano, P. (a cura di). Roma: Riuniti, 1967.
- GIANNOTTI, J. A. *Contra Athusser*. In: **Seleções Cebrap 2. Exercícios de Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Cebrap/brasiliense, 1977.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopedia delle scienze filosofiche**. Roma-Bari: Laterza, 2009.
- KAUBE, J. **Il mondo di Hegel**. Torino: Einaudi, 2022.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. Trad. M. F. G. Seabra. São Paulo; Nobel, 1988.

LOSURDO, D. **La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel**. Napoli: Istituto italiano per gli studi filosofici; Milano: Guerini e Associati, 1987.

\_\_\_\_\_. **Dai Fratelli Spaventa a Gramsci**. Per una storia politico-sociale della fortuna di Hegel in Italia. Napoli: La Città del Sole, 1997.

\_\_\_\_\_. 'Svolta linguistica' o 'svolta storica' nella costruzione del discorso filosofico? In: **Filosofia e storiografia**. Studi in onore di Giovanni Papuli. Castellana, M., Ciraci, F. Fazio, D. Ria, D. Ruggieri, D. (a cura di). Galatina (LE): Congedo Editore, 2008.

\_\_\_\_\_. **Hegel e la libertà dei moderni**. 2 vol. Napoli: La scuola di Pitagora, 2011..

\_\_\_\_\_. **La lotta di classe**. Una storia politica e filosofica. Roma-Bari: Laterza, 2013.

\_\_\_\_\_. Filosofia della storia contra morale? In: **Marx e il bilancio storico del Novecento**. Napoli: La Scuola di Pitagora, 2018.

\_\_\_\_\_. **Il marxismo occidentale**. Come nacque, come morì, come può rinascere. Roma-Bari: Laterza, 2017.

LUPORINI, C. **Dialettica e materialismo**. Roma: Riuniti, 1974.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

MUSTÈ, M. **Marxismo e filosofia della praxis**. Da Labriola a Gramsci. Roma: Viella, 2018.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: **Terra Livre**, nº 5, 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. In: **Boletim Paulista da**

Geografia, nº 59, 1982<sup>b</sup>.

\_\_\_\_\_. A aceleração contemporânea. In: **Fim de século e globalização**. Santos, M. Souza, M. A. A., Scarlato, F. C. e Arroyo, M. (orgs.). São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SERENI, E. La categoria de Formación Económico-social. In: **Cuadernos de Passado y Presente**. Córdoba: Siglo XXI, nº 39, 1976.

SILVA, M. A. da. Gramsci e a espacialidade da dialética: elementos de uma geografia crítica. In: ‘Gramsci tropicale’: dossier sul successo degli gramsciani in Brasile. Fresu, G. (a cura di). **Ammentu – Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**, 2020.

\_\_\_\_\_. Losurdo e a crítica da imagem de Hegel (e da Alemanha). Repensando as relações entre filosofia hegeliana e geografia política. In: **Domenico Losurdo, crítico do nosso tempo: Política e Filosofia**. Pautasso, D., Silva, M. A. da e Moraes, J. Q. (orgs.). São Paulo: Ideais & Letras, 2023.

SOUZA, M. L. de “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestígiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Terra Livre**, nº 5, 1988.

TOSEL, A. Henri Lefebvre lettore di Antonio Gramsci? In: **Materialismo Storico**, nº 1, vol. 2, 2017.

## NOTAS

<sup>1</sup> Publicado originalmente em *Materialismo Storico. Rivista di filosofia, storia e scienze umane*, vol. X. nº1, 2021, sob o título “The geography of Milton Santos and the problem of the marxism of instances: a gramscian reading”, aparece aqui em uma versão reformulada.

<sup>2</sup> Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Geógrafo pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre e doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Estágio de Pós-doutorado em Filosofia Política na Università degli studi di Urbino ‘Carlo Bo’ (Itália). E-mail: [m.aurelio.silva@ufsc.br](mailto:m.aurelio.silva@ufsc.br). ORCID: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p139>

<sup>3</sup> Geógrafo e mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [mateusengelvoigt@gmail.com](mailto:mateusengelvoigt@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0381-8353>

<sup>4</sup> “After May 1968, Santos became interested in the structuralist Marxism developed by Louis Althusser (1918-1990), whom Santos considered as an inspiration for idea of social formation (FERRETTI e VIOTTO, 2018, p. 14).

<sup>5</sup> Aquele “superior movimento racional” no qual o ser e o não-ser “passam um no outro por si mesmos em virtude do que são.” (BURGIO, 2007, p. 27)

<sup>6</sup> A expressão é utilizada no método filológico de Gramsci para lembrar, referindo-se à recepção que se faz de Marx, as limitações “das citações individuais destacadas” do texto. (GRAMSCI, 1975, p. 419).

<sup>7</sup> Como destacou Alain Lipietz, buscando fundar uma análise marxista do espaço por meio da noção althusseriana de tempo, segundo o seu mestre francês “há para cada modo de produção um tempo e uma história próprios, escandidos de um modo específico, do desenvolvimento das forças produtivas; um tempo e uma história próprios das relações de produção, escandidos de uma maneira específica; uma história própria da superestrutura política...” (LIPIETZ, 1988, p. 22)

<sup>8</sup> São elas: 1. *A Razão na História* (em alemão), provavelmente uma coletânea das *Lições sobre a Filosofia da História*; 2. *Filosofia do Direito* (em inglês); 3. O prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, uma edição comentada (em inglês); 4. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (em espanhol). Vale notar, com Losurdo, que a primeira das obras, bem como a *Lógica*, inserida em algumas edições da *Enciclopédia*, “insistem na centralidade e até sobre a onipresença da contradição objetiva.” (LOSURDO, 2008, p. 529-530)

<sup>9</sup> Para uma distinção entre o que Hegel chamava o “espírito absoluto”, isto é, o desenvolvimento da arte, da religião, da filosofia, da sociedade civil, centrais na *Fenomenologia do Espírito*, e o “espírito objetivo”, isto é, o Estado, ou, ainda melhor, “a eticidade do Estado”, tema da *Filosofia do Direito*, remetemos a Silva (2023, p. 128, nota 107).

<sup>10</sup> Com efeito, foi Hegel que pela primeira vez se referiu à “dialética” não como uma simples “contradição lógica”, conforme se fazia desde os gregos, mas como “contradição real”, ou, ainda melhor, como a “identificação entre contradição real e contradição lógica”, que “constitui a cifra da sua reformulação da dialética” (BURGIO, 2007, p. 10, 24 e 28). O dialético “si sottrae alla forma del silogismo intellettualistico.” (HEGEL, 2009, p. 582)

<sup>11</sup> Itálico nosso. Como se lê no glossário da edição italiana da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* publicado pela Laterza o devir “è l’unità dell’essere e del niente... espressione ancora astratta, poichè... la ‘diversità’ ... non è espressa e riconosciuta, mentre, per esprimere ‘esattamente... una determinazione metafisica’, l’unità dev’essere colta *nella* diversità insieme e posta. Perciò (...) il risultato dello sviluppo del concetto di devir è ‘l’essere determinato.’” (HEGEL, 2009, p. 584-585)

<sup>12</sup> Vale notar que também Gramsci fez uso de uma noção terrena de metafísica. No caderno 7, referindo-se à formulação de Engels segundo a qual o “proletariado alemão” é o “herdeiro da filosofia clássica alemã”, e pondo-a em relação com Lenin (Ilitch) e a Revolução de 1917, Gramsci escreve: “pode-se afirmar que a teorização e a realização da hegemonia praticada por Ilitch foi um grande acontecimento ‘metafísico.’” (GRAMSCI, 1975, p. 886)

<sup>13</sup> A coletânea *Introducción a la Filosofía de la Praxis*, citada por Milton Santos em *Por uma Geografia Nova*, contém precisamente o caderno 11 em que Gramsci procede a uma reelaboração – a rigor uma elevação qualitativa – dos termos geográficos Leste-Oeste, Norte-Sul, Oriente-Occidente, que para o marxista italiano são expressões, sem dúvida, de “relações reais”, empíricas, mas também e sobretudo um produto da “hegemonia mundial” das “classes cultas europeias” (GRAMSCI, 1975, p. 1419-1420). A esse respeito ver também Silva (2020).

<sup>14</sup> Para Antonio Labriola a filosofia da práxis constitui o “miolo” do materialismo histórico (MUSTÈ, 2018, p. 31).

<sup>15</sup> Uma tal relação entre os marxismos de Gramsci e Lukács foi sublinhada por Fresu (2020, p. 295 e ss.).

<sup>16</sup> O tema está entre os mais atuais nas pesquisas italianas em torno do pensamento de Gramsci, como se pode ver nos estudos de Giuseppe Cospito. Sua conclusão, que preferimos não subscrever, é a de que até mesmo “conceito de bloco histórico”, embora “importante”, “não constitui a última palavra de Gramsci sobre a gênese dos eventos históricos” (COSPITO, 2011, p. 225). Seja como for, é de se notar que Milton Santos, embora mantendo a categoria de “instância”, chega aos mesmos resultados já na década de 1970.

Recebido em 12 de abril de 2024

Aceito em

Editado em